

Termo de Referência 14/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2023	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	AUGUSTO SANTIAGO DA SILVA DUTRA	31/10/2023 11:41 (v 25.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III - locação;	66/2023	50000.000344/2023-91

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de locação de veículos executivos tipo sedan, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, com fornecimento manutenção preventiva e corretiva, combustível, lavagem, seguro total sem franquia, licenciamento anual com IPVA e demais tributos e custos quitados, para o transporte de autoridades quando a serviço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE VEÍCULO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. DE VEÍC.	KM EXCEDENTE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO MENSAL	VALOR MÉDIO DO KM EXCEDENTE	VALOR MÉDIO TOTAL MENSAL	VALOR MÉDIO QUINQUENAL
Único	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores executivos incluindo manutenção preventiva e corretiva, combustível, lavagem, seguro total sem franquia, licenciamento anual com IPVA e demais tributos e custos quitados, para o transporte de autoridades a serviço deste Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília/DF.	Executivo tipo sedan, automóvel tipo sedã, 20.000 km no máximo, na cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros incluindo o motorista, freio ABS, dotado de ar condicionado Digital, no mínimo 6 airbags, rádio e CD/MP3, travas e vidros elétricos, direção hidráulica motor mínimo 2.0 com potência mínima de 160 cv, tipo flex ou híbrido.	24341	Veículo	04	300 KM	R\$ 6.057,02	R\$ 2,73	R\$ 24.228,09	R\$ 1.453.685,14

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção comprometerá os serviços de transporte de autoridades, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2023.

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023.

III) Id do item no PCA: 98.

IV) Classe/Grupo: 731-Serviços de leasing ou aluguel relacionados a outros itens.

V) Identificador da Futura Contratação: 390004-66/2023.

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice II deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. O Contratado incumbir-se-á do cumprimento ao item 6.1.4. do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Margem de Preferência**

4.7. Após consulta realizada em sítio eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>), a Equipe de Planejamento constatou que não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

#### **Da Participação de Consórcio, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas**

4.8. A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame.

4.9. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem, garantiria competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público, uma vez que para o fornecimento dos materiais e serviços não exigem complexidades.

4.10. Em relação à cooperativas, poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o art. 10 da IN nº 5/2017 e por considerar que no objeto ora licitado há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, sendo vedado qualquer tipo de subcontratação.

4.11. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

#### **Da consulta aos Cadernos de Logística**

4.12. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-delogistica>).

#### **Serviço continuado**

4.13. A presente contratação se destina à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de locação de veículos executivos tipo I, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, materiais e equipamentos necessários para o transporte de agentes públicos quando a serviço. A interrupção dos serviços certamente comprometerá a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do órgão.

## **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A partir da assinatura do contrato por meio de emissão da Ordem de Serviço - OS, em até 02 dias de sua emissão.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Os serviços contratados abrangerão todo o Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

5.1.2.2. Apresentar veículo com até 20.000 (vinte mil) quilômetros rodados, compatível a categoria solicitada;

5.1.2.3. Apresentar veículo em plenas condições de uso;

5.1.2.4. Apresentar veículo com seguro total sem custos de franquia ao Contratante, devidamente acompanhado da apólice e demais documentos dos veículos;

5.1.2.5. Realizar os abastecimentos diariamente ou quando se fizer necessário, cabendo ao Contratado optar por disponibilizar cartão magnético para o respectivo abastecimento dos veículos;

5.1.2.5.1. Disponibilizar postos credenciados num raio de até 18 (dezoito) quilômetros de distância do local do Contratante.

5.1.2.6. Realizar a limpeza e higienização dos veículos com frequência mínima de 72 horas, ou sempre que demandado pelo Contratante.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. O CONTRATADO disponibilizará os 04 (quatro) veículos executivos na data prevista na Ordem de Serviço - OS.

5.1.3.2. Ao final de cada mês o CONTRATADO encaminhará um representante para auferir a quilometragem utilizada para que seja feito o cálculo devido para faturamento de cada veículo.

5.1.3.3. Substituir toda a frota a cada 24 (vinte e quatro) meses a contar do início da execução dos serviços, disponibilizando sempre veículos de até 20.000 km nas conformidades da tabela do item 1.1 e 5.5.2 deste Termo.

5.1.3.4. Em caso de sinistro ou mal funcionamento do(s) veículo(s), o CONTRATADO deverá substituir(los) no prazo máximo de 02 (duas) horas por outro(s) veículo(s) podendo esse(s) possuir até 02 anos de uso, até que o(s) outro(s) veículo(s) seja(m) entregue(s).

5.1.3.4.1. Em caso de sinistro em vias públicas durante o transporte das autoridades, caberá ao Contratado prestar atendimento imediato no que se refere ao transporte dos ocupantes ao local indicado pelo Contratante.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Os serviços serão prestados em horários definidos pelo Contratante em conformidade com item 5.1.2.1, deste termo.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Os serviços serão executados 24 horas por dia.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Os serviços serão aferidos mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultados - IMR;

5.4.2. As demais rotinas estão devidamente especificadas no item 5.1 e seus subitens.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. O quantitativo mensal será de 04 veículos executivos com 3.000 km mensais assegurados previsão de até 300 km excedentes cada, com cobertura total 24 horas, dentro das especificações da tabela do item 1 deste termo.

5.5.2. Os veículos a serem disponibilizados deverão possuir mesma marca, modelo e ano, com até 20.000 (vinte mil) quilômetros rodados e no máximo 01 (um) ano de fabricação, tanto para o início da prestação dos serviços, quanto para suas tempestivas substituições.

5.5.3. A cada período de 2 (dois) anos da disponibilização dos veículos, o CONTRATADO deverá substituí-los por outros nas mesmas condições da tabela do item 1.1 e item 5.5.2 deste Termo.

5.5.4. Nas propostas apresentadas deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, prevendo todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais e demais despesas inerentes ao correlato cumprimento integral das obrigações contratadas.

5.5.5. Os valores ofertados, não poderão ser superiores aos resultados da média dos preços do mapa comparativo.

5.5.6. Considerando que o serviço de transporte inclui exclusivamente a locação de veículo, esta licitação deverá adotar o critério de remuneração do Contratado de forma mensal, com quilometragem assegurada.

5.5.7. Em caso de ultrapassar a quilometragem assegurada prevista no mês, será cobrado o valor do quilômetro excedente previsto da tabela do item 1.1 deste termo, devendo ser somado ao valor assegurado.

5.5.8. A empresa deverá arcar com custos e despesas do veículo referente ao emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, franquia de seguro total e abastecimento de combustível, lavagem dos veículos e demais despesas inerentes à correlata execução dos serviços.

5.5.9. Os veículos irão pernoitar nas dependências do Contratante, de forma a não prejudicar a rotina diária dos serviços de transportes. Excepcionalmente em situações justificadas e autorizadas, os veículos da categoria executiva, poderão pernoitar em outras localidades, conforme art 6º, VIII, do Decreto 9.287 /2018.

#### **Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **Gestor do Contrato**

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice I, outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Os critérios de aferição encontram-se devidamente explicitados no Apêndice I deste Termo de Referência.

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ( art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.24.1. Informamos que a exigência de 10% de patrimônio líquido mínimo, bem como sua forma de comprovação deu-se em virtude de respaldar a Administração com vista a garantir que a licitante vencedora, possua uma estrutura financeira mínima de R\$ 145.368,51 (cento e quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos), a fim de mitigar a possibilidade de empresas em iminência de falência, consigam classificação para a execução dos serviços.

8.24.2. Cabe ressaltar que a exigência de 10% de patrimônio líquido mínimo do valor total da contratação, não restringirá ou direcionará o certame, haja vista não se tratar de valor vultuoso.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.29.1.1.1. A exigência de experiência mínima de 03 (três) anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, está atrelada ao cumprimento à alínea "b" do art. 10.6 da IN 05/2017, bem como destacamos que a vigência inicial prevista para a pretensa contratação será 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, conforme item 1.3. do Termo de Referência (7695205), assim sendo, tal exigência temporal é adequada à vigência inicial do contrato, como garantia de seleção de empresa com capacidade de gerência dos serviços por prazo prolongado.

8.29.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.29.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.453.685,14

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.453.685,14 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1 deste termo.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 390004 - SPOA.

II) Fonte de Recursos: 1050000255.

III) Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001

IV) Elemento de Despesa: 339039-27 (locação de veículos automotores)

## 11. Obrigações do Contratante

São obrigações do Contratante:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

11.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.14. Assegurar ao Contratado a guarda dos veículos em local adequado para fins de garantir a integridade dos automóveis.

## 12. Obrigações do Contratado

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

12.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021.

12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

12.22. Em caso de sinistro ou mal funcionamento do veículo em serviço, a contratada deverá disponibilizar veículo reserva em no máximo 02 (duas) hora, dentro das condições e qualidades pactuadas, constantes no item 5.1.3.4. deste Termo.

12.23. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

12.23.1. Qualquer solicitação de acréscimos e/ou de supressões deverá ser iniciada com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data de término do prazo contratual, mediante correspondência da CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.24. A CONTRATADA deverá designar preposto, que será acionado pela CONTRATANTE quando necessário.

12.25. Em caso de ocorrerem os fatos descritos no subitem 5.1.3.4 deste termo, a CONTRATADA deverá dispor de meios para sanção em sua forma correlata para o devido prosseguimento dos serviços pactuados.

12.26. Manter os veículos limpos e devidamente higienizados para a perfeita execução dos serviços contratados.

### 13. Alteração Subjetiva

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 14. Reajuste

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/08/2023.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base nos art's. 135 e 136 da Lei n.º 14.33/2021.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 15. Das Sanções Administrativas

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.4. **Multa:**

15.2.2.1. Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

15.2.2.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

15.2.2.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.2.2.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato;

15.2.2.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato.

15.2.2.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato.

15.2.2.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 2,0 % a 3,0% do valor do Contrato.

15.2.2.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

15.2.2.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, apêndice deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 16. Obrigações Pertinentes à LGPD

16.1. Não há necessidade de aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, haja vista que o objeto a ser contratado não vincula dados pessoais considerados restritos.

## 17. Garantia da Execução

17.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade pregão, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WILLIAM ALVES**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 31/10/2023 às 11:41:17.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR.pdf (422.74 KB)
- Anexo II - ETP20\_2023 (15).pdf (85.03 KB)

**Anexo I - IMR.pdf**

INDICADOR		
1 - Prazo de Atendimento de demandas (OS).		
ITEM	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir os veículos em plenas condições de uso com vistas ao atendimento das demandas do órgão.	
Meta a cumprir	24h por dia, 30 dias por mês.	
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS).	
Forma de acompanhamento	Mensal.	
Periodicidade	24 horas por dia.	
Mecanismo de Cálculo	Valor da locação do veículo com quilômetros assegurados e excedentes = X	
Início de Vigência		
Faixas de ajuste no pagamento	Faixa 1: de 0 a 1 ocorrência = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura;	
Sanções		
Observações		
Tabela de Atividades para Aferição de Resultado		
Atividades	Estado Desejável	Executou
		Sim / Não
Dos veículos	A CONTRATADA apresentou os veículos dentro do prazo estipulado.	
	A CONTRATADA substituiu a frota após o término dos 24 (vinte e quatro) meses.	
	A CONTRATADA apresentou os veículos em perfeitas condições de uso.	
	A CONTRATADA atendeu no prazo de 2 horas as solicitações constantes no item 5.1.3.3 do termo de referência.	
	A CONTRATADA apresentou os veículos nas condições constantes da tabela do item 1 do termo de referência.	
	Os veículos disponibilizados possuem documentação em dias.	
	A apólice de seguro dos veículos encontra-se em vigor.	
Do pagamento	A CONTRATADA apresentou os documentos necessários para pagamento da nota fiscal.	

**Anexo II - ETP20\_2023 (15).pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 20/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.000344/2023-91

## 2. Introdução

2.1. A Equipe de Planejamento da contratação, designada pela Portaria nº 691, no Boletim de Gestão de Pessoas /SIGEPE – BGP nº 7.11, Ano 7, em 14 de julho de 2023, elaborou os Estudos Preliminares referentes à contratação em tela para análise de viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no anexo III da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017.

## 3. Objeto

3.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores executivos de representação incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total sem franquia, abastecimento de combustível, lavagem, licenciamento anual com IPVA e demais tributos e custos quitados, para o transporte de autoridades a serviço deste Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, em Brasília/DF.

## 4. Descrição da necessidade

4.1. Visando atender as necessidades de logística, bem como manter os serviços de locomoção das autoridades em serviço deste Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, é que justifica-se a presente contratação.

4.2. Com a contratação dos serviços supracitados, pretende-se obter a necessária cobertura no apoio de logísticos nos deslocamentos, para atendimento de demandas externas das autoridades.

4.3. O transporte para autoridade está fundamentado nos incisos III e IV do art. 3º do Decreto nº 9.287 de 15 de fevereiro de 2018, desde que sejam cumpridos o §2º do art. 1º da Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019 e art. 11 da Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 da SLTI/MPOG, que rezam:

*Decreto nº 9.287/2018*

*[...]*

*Art. 3º Os veículos de representação serão utilizados exclusivamente:*

*III - pelos Ministros de Estado;*

*V - pelos ocupantes do cargo de Natureza Especial ou pelo Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das agências reguladoras.*

*[...]*

*Portaria nº 179/2019*

*[...]*

"§ 2º Considerando os aspectos de relevância e urgência, excepcionalidades pontuais, quanto às suspensões previstas nos incisos IV e V do caput, poderão ser autorizadas por ato fundamentado da autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação."

[...]

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008.

[...]

### CAPÍTULO III

#### IDENTIFICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS

Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

[...]

4.4. Justifica-se a intenção de contratação de serviço desta natureza, terceirizando-se sua execução nos moldes art. 48 da Lei de Licitações nº 14.133/2021, caracterizando-se como atividade material acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerente às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.5. O transporte de autoridades constitui serviço acessório essencial ao desempenho das atividades desenvolvidas neste Ministérios dos Transportes e no Ministério de Portos e Aeroportos, a serem realizados em Brasília/DF.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Transportes - SETRA	William Alves
Divisão de Logística - DILOG	Pedro Arthur Braune Guedes

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Sustentabilidade

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.1. O Contratado incumbir-se-á do cumprimento ao item 6.1.4. do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### Subcontratação

6.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da Contratação

6.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Vistoria**

6.10. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. Contudo, frisamos que os veículos serão alocados em local adequado.

**Margem de Preferência**

6.11. Após consulta realizada em sítio eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>), a Equipe de Planejamento constatou que não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

**Da Participação de Consórcio, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas**

6.12. A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame.

6.13. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem, garantiria competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público, uma vez que para o fornecimento dos materiais e serviços não exigem complexidades.

6.14. Em relação à cooperativas, poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o art. 10 da IN nº 5/2017 e por considerar que no objeto ora licitado há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, sendo vedado qualquer tipo de subcontratação.

6.15. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**Da Consulta aos Cadernos de Logística**

6.16. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-delogistica>).

**Serviço continuado**

6.17. A presente contratação se destina à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de locação de veículos executivos tipo I, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, materiais e equipamentos necessários para o transporte de agentes públicos quando a serviço. A interrupção dos serviços certamente comprometerá a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do órgão.

**Regime de execução**

6.18. Será adotado como regime de execução da contratação a empreitada por preço unitário, uma vez que não é possível definir com precisão os quantitativos que serão demandados.

**7. Levantamento de Mercado**

7.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise, conforme quadro levantamento de mercado descrito abaixo:

Pesquisa de Levantamento de Mercado		
Objeto	Órgão	Contrato
	Ministério da Agricultura, Pecuária e	

Locação de Veículos.	Abastecimento.	38/2020
	Ministério da Integração Nacional.	22/2021

7.2. Para a contratação dos serviços de locação de veículos, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

7.3. Importante acrescentar que durante o levantamento de mercado foi observado que em razão do presente objeto de contratação não apresentar grande vulto ou complexidade técnica que torne restrito o universo de possíveis licitantes, as licitações realizadas pela administração pública não requer a necessidade de participação de empresas reunidas em consórcio.

## 8. Descrição da solução como um todo

8.1. Analisando as licitações disponíveis no Compras Governamentais, identificamos três modelos de contratações para locação de veículos:

8.1.1. Solução 1: Utilização de frota própria de veículos, comprados por licitação e adquiridos e que constam como parte do patrimônio da instituição, utilizando equipe de motoristas servidores, contratados através de concurso público.

8.1.2. Solução 2: Utilização de frota própria de veículos, comprados por licitação e que constam como parte do patrimônio da instituição, porém, utilizando equipe de motoristas terceirizados contratados através licitação como dedicação exclusiva de mão de obra.

8.1.3. Solução 3: Terceirização dos veículos utilizando os motoristas de um contrato já em execução através de realização de licitação para contratação de empresa de locação de veículos executivos sem motorista, e responsabilização total sobre questões trabalhistas cabendo somente à empresa, e atendendo às necessidades da instituição apenas a partir da emissão da Nota de Serviço - OS.

### Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes:

8.2. Ao apreciar as soluções, ponderando-se os custos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 3, terceirização da locação dos veículos, sem motorista.

8.3. Vale destacar que o MT mantém frota própria de veículos defasada e que em anos anteriores manteve equipe de servidores nas função de motoristas, e posteriormente contratação de motoristas terceirizados. No entanto, ao longo dos últimos anos, também seguindo os preceitos legais correspondentes, o MT não possui estes serviços devido sua extinção, e posteriormente, à medida que os veículos atingiam os limites legais de tempo de uso de acordo com o Anexo III da Instrução Normativa IRFB nº 1700/2017, baseado no princípio da economicidade com relação aos custos anuais de manutenção, alguns vêm sendo desativados e destinados a leilão.

8.4. Em cumprimento ao item III, do art. 1º da Portaria 179, de 22 de abril de 2019, que restringe em diversos aspectos a aquisição de veículos por órgãos públicos, gerando a necessidade da locação desses veículos, e visando à eficiência nas etapas de licitação e gestão contratual, e ainda seguindo o padrão da grande maioria das contratações de outros órgãos públicos os quais avaliamos, faria total sentido separar a contratação de locação de veículos e a de motoristas.

8.5. Justificativa para as características dos veículos:

8.5.1. Automóvel tipo sedã, 4 portas, com capacidade para 5 passageiros: a seleção de veículo sedã se dá pelas características específicas do segmento, que prevê maior espaço interno aos passageiros nos bancos traseiros, maior estabilidade e conforto no trânsito. Prevendo que os percursos do veículo se darão em ambiente urbano, asfaltado e de trânsito regular, a seleção de veículo tipo SUV seria desnecessária, enquanto veículo de menor volume poderia comprometer o espaço interno e conforto dos ocupantes. Considerando que as autoridades, por vezes, levam convidados nos automóveis, o espaço e conforto promovido por veículo de tipo sedan são características necessárias.

8.5.2. Quilometragem máxima de 20.000km com até 01 (um) ano de fabricação: A estipulação de quilometragem máxima bem como de sua fabricação, visa a garantia de fornecimento de automóveis com

baixa rodagem, evitando riscos inerentes ao uso de equipamentos e peças de uso prolongado, provendo maior segurança e conforto aos usuários.

8.5.3. Cor preta: A exigência da cor preta dos veículos visa garantir o cumprimento às descrições dos veículos de representação do art. 11, capítulo III da Instrução Normativa nº 03/2008, que dispõe:

[...]

*Art. 11. Os veículos de representação terão cor preta e placa de bronze, esta com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.*

[...]

8.5.4. Freio ABS, no mínimo 6 airbags: a exigência das características visa prover itens de segurança mínimos aos motoristas e passageiros. O freio ABS é hoje item obrigatório de segurança, por meio das Resoluções nº 311 e 312 do Contran. O quantitativo mínimo de Airbags foram dimensionados considerando a possibilidade de ocupação total do veículo com passageiros.

8.5.5. Motor mínimo 2.0 com potência mínima de 160 cv, tipo flex ou híbrido: A definição de critérios de potência do motor visa prover aos veículos capacidade de locomoção ágil em situações de risco, ao tempo em que possibilita maior celeridade no trânsito das autoridades atendidas. A exigência de motorização flex ou híbrida atende a critérios de sustentabilidade, possibilitando ao veículo o uso de fontes energéticas menos poluentes, em alinhamento com as prioridades do Governo Federal.

8.5.6. Dotado de ar-condicionado Digital, rádio e CD/MP3, travas e vidros elétricos, direção hidráulica: trata-se de itens mínimos de conforto térmico e interno importantes para garantia da satisfação dos usuários. Contribuem, ainda, para a segurança dos motoristas e passageiros, ao permitir o trânsito com as janelas fechadas. São itens comumente de série nos automóveis da categoria, e não implicam em significativo impacto financeiro na contratação.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa das quantidades de veículos e sua respectiva quilometragem assegurada para a pretensa contratação foi levantada com base no histórico de demandas, conforme documento 7277823.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.453.685,14

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.453.685,14 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. A contratação dos serviços em grupo único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

11.2. O parcelamento tornaria os serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, tornando-os desvantajosos para as empresas.

11.3. Com maior valor do contrato seria mais atraente para as empresas do segmento acarretando em maior competitividade no certame.

11.4. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia processual.

11.5. Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa.

11.6. De recursos financeiros, pois não serão multiplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos, entre outros.

11.7. De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

11.8. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços de locação de veículos. O serviço em questão contribuirá para a locomoção de autoridades e servidores quando a serviço do MT e MPor no Estado do Distrito Federal.

13.2. Nesse sentido, acredita-se que a contratação guarda conformidade com a Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019, que institui o Planejamento Estratégico no âmbito deste Ministério e suas Entidades Vinculadas para o período de 2019 a 2022, mais especificadamente quando aprimora a disponibilidade das informações, conforme dados transcritos abaixo:

[...]

*Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019.*

*"OBJETIVOS ESTRATÉGICOS"*

(...)

*c) Tema: SATISFAÇÃO*

*Objetivo 3: Melhorar o nível de serviços de transportes e de trânsito.*

[...]

13.3. A pretensa contratação de empresa especializada no serviços de locação de veículos foi incluída no Plano Anual de Contratações - PAC para execução no exercício 2023, com vistas a atender às necessidades de deslocamentos de cobertura de logística dos servidores a serviço do MT e MPor, sob o número 732, conforme documento 7416562.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Espera-se com esta contratação obter-se no mínimo os seguintes resultados:

14.1.1. Diminuição dos valores desembolsados anualmente com licitações, ou até mesmo por economicidade processual, de fiscalização e de controle da contratação do objeto;

14.1.2. Otimização da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos;

14.1.3. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;

14.1.4. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para o órgão;

14.1.5. Qualidade e quantidade dos recursos e materiais utilizados;

14.1.6. Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas de transporte, no suporte à atividade finalística do órgão;

14.1.7. Garantir a boa execução dos serviços, que seja satisfatória para o usuário/cliente e eficiente para o órgão;

14.1.8. Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos no Ministério dos Transportes para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes; e

14.1.9. Quanto à eficiência: assegurar a continuidade dos serviços do objeto, e do uso racional dos recursos financeiros.

14.2. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a contratação do objeto, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.

14.3. Com a contratação em tela busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma econômica e sustentável.

14.4. O resultado pretendido é a locomoção de autoridades e servidores quando a serviço do Ministério em todo o DF.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não se aplica, uma vez que o Contratante já possui local para guarda dos veículos bem como os serviços serão executados em vias públicas.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Os possíveis impactos ambientais para essa contratação são: emissão de poluentes na camada de ozônio, vazamento de combustível do veículo, etc. Com isso, a licitante deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010 e no guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que couber.

16.2. Todo o material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis, atendendo a IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, II, art. 6º, IV, V, VII e VIII, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

16.3. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

16.4. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Locação de veículos.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Com base no exposto neste Estudo, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº: 691, de 14 de julho de 2023, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas/SIGEPE – BGP nº 7.11, Ano 7, em 17 de julho de 2023, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Requisitante

**WILLIAM ALVES**

Servidor



*Assinou eletronicamente em 31/10/2023 às 11:09:19.*

Despacho: Integrante Técnico

**PEDRO ARTHUR BRAUNE GUEDES**

Servidor



*Assinou eletronicamente em 31/10/2023 às 11:11:25.*

Despacho: Integrante Administrativo

**BRUNO GOMES RODRIGUES**

Servidor